



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 028/2009
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às 09h e 29 min (nove horas e vinte e nove minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima quinquagésima reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Omar Azambuja Condotta, como presidente, e Adeldo Rohr, como secretário ad hoc. Estiveram presentes os conselheiros titulares, Adriana Nunes Paltian, Alexandre Dias Abreu, Carlos Adolfo Bernd, César Marques Sarmiento, Cláudio Meirelles Lago, Gilmar Cardozo dos Santos, Liége Mentz, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maria Luiza Zanotta Urbanetto, Maris Regina Vieira Honaiser, Sérgio Luiz Brum e Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Alberto Moura Terres, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Marisa Ney Santos de Pinho, Rosana de Oliveira Santos, Augusto César Pio de Almeida, Alexandre Miguel e Cláudio Alano Pereira. Foi iniciada a sessão e passou-se imediatamente à leitura da ata anterior, que após retificação foi aprovada. O presidente Omar abriu espaço para informes e ato contínuo relatou a sua participação no Seminário sobre perícia médica que ocorreu na quarta, quinta e sexta-feira da semana passada em Gramado. Salientou que em todos os RPPS presentes ao seminário, a perícia médica está ligada à Divisão Previdenciária e ressaltou que a notícia mais importante do evento não foi sobre a perícia médica, mas sobre aposentadoria especial do servidor público. Um representante da Justiça Federal de Novo Hamburgo afirmou que nos casos de aposentadoria especial, a Administração Direta será obrigada a decidir administrativamente com base na súmula vinculante, que está por vir, sem a necessidade dos servidores recorrerem à justiça. Alertou que o PREVIMPA será obrigado a despachar administrativamente, o que beneficiaria o servidor, mas acarretará a necessidade de mais conhecimento e capacitação de servidores da Autarquia quanto à legislação do Regime Geral de Previdência Social. O conselheiro Sergio Brum informou da festa dos quinze anos da ASTEC, no dia treze corrente e que ainda havia alguns convites disponíveis. O presidente Omar retomou a questão da súmula vinculante, sugerindo como pauta de reunião do Conselho, haja vista que a mesma deverá ser promulgada antes do final do ano. Sugeriu que se traga ao PREVIMPA um representante do RGPS para explanar como funcionam essas concessões no INSS e quais são as legislações utilizadas para a concessão da aposentadoria especial. A conselheira Maris reitera que vem sugerindo a inclusão na pauta do colegiado a discussão do repasse dos valores referentes à venda da Folha para a compra da Sede sem a atualização monetária e que em relação ao ponto de pauta da presente reunião, sugeriu que primeiramente fosse feito o relato do ex-diretor presente, conselheiro Adeldo Rohr, da forma que aconteceu a destituição. O conselheiro Adeldo afirmou que na quarta-feira, 28/10/2009, numa reunião da Direção do PREVIMPA, o Diretor-Geral informou aos diretores Administrativo-Financeiro e Previdenciário que na semana seguinte estes seriam chamados para discutir as suas destituições. Questionou ambos se fariam a transição com os novos diretores que seriam indicados. Os diretores confirmaram que fariam a transição. Na terça-feira pela manhã, 03/11, enquanto o Diretor Administrativo-Financeiro estava participando da reunião do Conselho de Administração, apresentando a nova resolução do BACEN, acontecia a apresentação do novo diretor nas unidades da DAF, sem que o antigo Diretor soubesse. Relatou que no seu caso, foi chamado no início da tarde para ser informado da destituição e ajustou todos os procedimentos para a transição. Ambos ficaram à disposição do PREVIMPA até quarta-feira. Na quarta-feira

50 receberam a documentação para formalizar a saída. O conselheiro Sérgio Brum enfatizou a
51 necessidade de haver uma ação de repúdio quanto à atitude tomada pelo Diretor-Geral do
52 PREVIMPA em relação aos dois diretores. Afirmou que o Conselho ficou enfraquecido com as
53 alterações que foram feitas na legislação do PREVIMPA e que como representante da ASTEC,
54 salientava que no mínimo deixou de ser honrado o acordo formalizado na CMPA, pois a indicação
55 dos novos diretores deveria ser por lista tríplice. Lamentou o episódio, pois decorreu de uma
56 incapacidade do Diretor-Geral gerir o PREVIMPA com dois diretores eleitos pela categoria e
57 indicados pelo Conselho. E ainda, que isso requer uma habilidade face eles virem de outra força
58 política. Salientou que nas gestões anteriores eles estavam alinhados, e que nesta gestão não
59 ocorreu. Também salientou que os municipais não tiveram a condição na CMPA de rejeitar essa
60 proposta, pois o governo tem maioria no Legislativo. Afirmou que na sua opinião o Conselho
61 deveria dar uma resposta forte a essa atitude. Elogiou a coragem dos colegas, nomeados para os
62 cargos de diretores, por terem aceitado esses cargos mesmo sabendo que este não é o desejo dos
63 municipais. A conselheira Maris também lamentou a atitude do Diretor-Geral do PREVIMPA e
64 da Administração Fogaça, dizendo que ambos deixam uma marca que é contra a categoria
65 municipal. Salientou que foi um desrespeito aos colegas e ao Conselho de Administração e a toda
66 categoria municipal. A conselheira Sueli elogiou o trabalho dos dois colegas ex-diretores,
67 ressaltando que o trabalho em conjunto é muito importante para a democracia, e que cumpriram um
68 papel belíssimo em conjunto com os municipais, o Sindicato e o Diretor-Geral. Salientou que
69 quanto à atitude do governo não se sentia surpreendida, pois não era a primeira vez que o governo
70 tomava essa atitude em relação à categoria. Disse que, no mínimo, em respeito ao Conselho eleito,
71 se deveria aguardar o término do mandato do colegiado para a troca dos diretores. O conselheiro
72 Alexandre Dias disse ter ficado surpreso com o ocorrido, que considerou uma falta total de respeito
73 aos colegas. Perguntou aos colegas Conselheiros como se sentiriam na posição do Diretor
74 Administrativo-Financeiro, Alex da Trindade que estava no Conselho apresentando um trabalho e
75 por suas costas estavam colocando outro em seu lugar. Explicou que o PREVIMPA surgiu como
76 órgão administrativo pelo governo juntamente com a presença dos trabalhadores municipais, e
77 que a alteração da lei 478/02 foi um duro golpe na estrutura do PREVIMPA, e que também não
78 faltou habilidade, mas sobrou esperteza. Aos amigos as benesses e aos inimigos a dureza da lei.
79 Continuou explicando que os dois diretores eleitos não puderam assumir antes de sabatinados pela
80 CMPA, e que os que substituíram assumiram sem sequer serem apresentados ao Conselho, e que
81 essa atitude não está à altura do PREVIMPA. Salientou, ainda, que, no mínimo, teriam que ser
82 apresentadas as motivações da demissão dos diretores eleitos, e isso não foi feito e nem
83 encaminhado. Ponderou ser isso uma mácula na história da Autarquia. Concluiu dizendo que o
84 Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti, que foi um líder da categoria em determinados momentos e
85 também aqueles que aceitaram essa incumbência, tomaram uma atitude muito pequena. O
86 conselheiro Alberto Terres, disse não ficar surpreso, mas chateado. Causa indignação pelo dano que
87 causa à categoria, pois o PREVIMPA foi uma conquista da categoria e da democracia. Explicou que
88 tratava-se da mesma conquista da Constituição Federal de 1988 para o Brasil, a conquista do
89 PREVIMPA para os municipais. Disse que tudo foi feito com a anuência do Prefeito Fogaça, e
90 lembrou ter sido ele um dos constituintes de 1988 defensor da democracia. E o que ocorreu no
91 PREVIMPA foi um ataque frontal à democracia, e não deve ser aceito de forma alguma. Salientou
92 que o ataque do Prefeito Fogaça e do Diretor-Geral Rigotti à categoria é um retrocesso do ponto de
93 vista da administração participativa. Elogiou os dois diretores destituídos e salientou que tem
94 servidores que coadunam com essa situação, que é um verdadeiro ataque à democracia. O
95 conselheiro Adeldo lamentou o que aconteceu com o Diretor Administrativo-Financeiro, Alex da
96 Trindade. Disse que a sua saída foi tranqüila. Estranhou o comportamento do Diretor-Geral, que foi
97 um dos líderes dos municipais na luta pela aprovação das Leis Complementares 466/01 e 478/02,
98 pois ele esteve à frente do movimento, garantindo a participação da categoria na Gestão. Relatou
99 que os servidores de Novo Hamburgo, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, participam ativamente
100 com o governo na gestão da previdência dos servidores e os sindicatos dos servidores participam

101 ativamente dos Seminários promovidos pelos seus institutos, o que não acontece no PREVIMPA. O
102 Diretor-Geral mais de uma vez perdeu a compostura de Diretor-Geral e agrediu conselheiros neste
103 colegiado por não aceitar que houvessem opiniões diferentes da sua. Falou que a centralização das
104 informações fez com que os outros não soubessem o que está acontecendo, permitindo que ocorram
105 situações como a em relação ao processo do convênio com a ESDM para o seminário. Também
106 citou o problema do processo dos Correios, cujo convênio tinha que ser renovado. Disse que o
107 conselheiro César Sarmiento, fez a explicação adequada em relação às certidões negativas junto à
108 PMPA e quanto à necessidade de renovação. Porém, o conselheiro Cláudio Lago, Assistente do
109 Diretor- Geral, que estava presente à reunião, sequer fez a defesa, pois naquela ocasião estava sendo
110 responsabilizada a DAF pela Renovação do Convênio. Elogiou que foi mantido o Comitê de
111 Investimentos, pois é um avanço e dá mais tranquilidade e segurança para decidir as aplicações,
112 pois várias opiniões são consideradas. Mas recordou que no ano passado quando aconteceu o
113 colapso do sistema financeiro, gerado por uma crise sistêmica, na qual todos os investidores tiveram
114 perdas de rendimentos nas aplicações financeiras, o Diretor-Geral tentou responsabilizar o Diretor
115 Administrativo-Financeiro pelo não atingimento das metas atuariais das aplicações do PREVIMPA.
116 Mas pelo que o colegiado possui de informações a responsabilidade pela aplicação dos recursos do
117 PREVIMPA é do Gestor e sempre foi feito a partir da decisão coletiva do Comitê de investimentos,
118 dentro do que determinava a Política de Investimentos aprovado no Conselho. Também citou a
119 cobrança que efetuou junto à Direção Geral para que o PREVIMPA trabalhasse num projeto de
120 recuperação dos dados e registros funcionais, cuja demanda era responsabilidade da Direção Geral e
121 que deveria ser um programa de governo. Que em meados de 2009 foi autorizado a reunir-se com a
122 SMA, Autarquias, FASC e Câmara, para tocar este trabalho. Na primeira reunião a SMA apresentou
123 uma minuta de projeto de recuperação que já estava em andamento. Também em relação à instrução
124 que define a criação do protocolo do PREVIMPA, os Diretores Administrativo-Financeiro e
125 Previdenciário tomaram conhecimento pelo Diário Oficial, assim como os demais conselheiros.
126 Afirmou que o trabalho para que se tenha todos os dados registrados no sistema vai demandar um
127 esforço muito grande e por isso convocou o Conselho para acompanhar esse trabalho. O conselheiro
128 Gilmar disse estar chefe da UCRP, e que veio a convite do Diretor Previdenciário Adelto Rohr.
129 Colocou que foi um desafio, e que no ano passado a Unidade UCRP, atendeu mais de duzentos
130 processos judiciais, cujas conseqüências se não atendidos, seria a responsabilização até mesmo com
131 a possibilidade de “prisão do Diretor Geral”. Disse que esta rotina antes não era realizada pela sua
132 Unidade de Trabalho. Salientou o trabalho do Diretor Previdenciário que abraçou junto a tarefa para
133 dar atendimento à ordem judicial. Explicou que esse atendimento ao judiciário demandou trabalho
134 até altas horas da noite, tanto da chefia da unidade, quanto do Diretor Adelto, sem a percepção das
135 horas trabalhadas. Atentou para a ética do trabalho do Diretor, e que com a nova legislação do
136 PREVIMPA, o Conselho perde bastante, até mesmo como vinha sendo apresentado aos outros
137 regimes, numa gestão participativa, e que mostrá-lo da forma como ficou será muito complicado.
138 Imaginava que num futuro se avançaria até mesmo para a eleição do Diretor-Geral, pois seria dar
139 mais transparência ao PREVIMPA. Alertou que se a questão é de maioria, o governo poderá
140 futuramente mudar tudo e achar que pode ficar melhor um cargo em comissão na função de
141 diretores e os municipais não têm sequer blindagem para os recursos da capitalização. Finalizou
142 dizendo que abriu-se espaço para o PREVIMPA virar um controle somente do governo, podendo
143 comprometer futuramente as pensões e aposentadorias. Lamentou a forma como o Diretor
144 Administrativo-Financeiro foi substituído e, acredita, que se o diretor substituto da DAF,
145 conhecesse a forma como o processo estava sendo feito, não teria aceito o convite. O conselheiro
146 Alexandre Miguel destacou que a heterogeneidade do Conselho, e as divergências trouxeram
147 crescimento para o mesmo, e que chama a atenção o fato de que não houve o apontamento pelo
148 governo de qual foi a orientação seguida para que fosse feita a troca dos diretores, e concluiu, já que
149 não houve a apresentação de nenhum argumento, que somente poderia ser de cunho ideológico-
150 político. A conselheira Maris solicitou um encaminhamento, argumentando que os diretores já estão
151 afastados e não havia publicação no Diário Oficial. Sugeriu a emissão de dois documentos um

152 direcionado à Presidência da CMPA e outro ao Prefeito, denunciando a atitude antidemocrática e a
153 forma como foi encaminhada a destituição dos dois diretores eleitos do PREVIMPA. Também
154 propôs que fosse feita uma denúncia no Seminário do PREVIMPA e uma Moção de Repúdio aos
155 dois novos diretores, que assumiram sem a aprovação do Conselho. Sugeriu que caso não fosse
156 consenso, a votação deveria ser nominal. O conselheiro Alberto Terres apresentou à mesa uma
157 proposta de moção, solicitando que fosse feita a leitura da mesma e apreciada pelo colegiado. O
158 conselheiro César Sarmiento colocou que ninguém do Conselho foi consultado previamente sobre
159 esta mudança da lei e acabaram aprovando essa alteração, com o apoio dos partidos lá presentes.
160 Afirmou ter observado que nos quatro anos como conselheiro que a situação de paridade não traz
161 garantias aos municipais, é importante rever qual o papel que nos cabe no Conselho. Muitas vezes
162 houve discussões de questões não pertinentes, pois, afirmou não ser o Conselho lugar de bandeiras e
163 que o foco deve ser as questões do PREVIMPA. Externou que o governo sempre considera as
164 questões partidárias e políticas, e que a garantia dos servidores é muito tênue, sendo que a
165 importância na paridade somente se verificaria se no seus objetivos o Conselho tivesse um poder de
166 fiscalização concreto, e que não sabe se interessaria ter o direito de indicar alguém para a diretoria
167 já que a parte administrativa é muito importante para quem tem essa responsabilidade, no caso o
168 diretor-geral. Usou como exemplo o processo de licitação que se analisa quando ela já cumpriu
169 todas as etapas faltando somente a aprovação para a assinatura do contrato, quando a importância
170 seria de vir ao Conselho antes de iniciar a licitação, apresentar o projeto, onde o conselho iria
171 analisar entre outras coisas da conveniência, da oportunidade e necessidade do gasto pois a partir
172 daí é técnico e deve respeitar a legislação própria e cabe ao TCE verificar se todas as etapas foram
173 corretamente cumpridas ou não, bem como o nosso Conselho Fiscal. Portanto, caso tivesse passado
174 pelo Conselho, já teria sido analisado e a verificação seria no sentido se cumpriu o que constava no
175 projeto e foi discutido. Ponderou que se perdeu muito tempo em discussões nos últimos dois anos
176 que talvez não tenha levado a nada. Concluiu ser contra a ação de repúdio aos novos diretores, pois
177 os mesmos não foram convidados para quebrar paradigmas, nem estavam participando de algum
178 complô nesse sentido e, creio, nem sabiam que naquele momento o Diretor Alex se encontrava no
179 Conselho nessa condição, também. O presidente colocou em votação o encaminhamento de ofício
180 do Conselho à CMPA e ao Prefeito, de forma nominal, por solicitação do conselheiro Alexandre
181 Abreu. Os conselheiros Adeldo Rohr, Alexandre Dias Abreu, Carlos Adolfo Bernd, César Marques
182 Sarmiento, Gilmar Cardozo dos Santos, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maris Regina Vieira
183 Honaiser, Omar Azambuja Condotta, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer, Alberto Moura
184 Terres, João Carlos Prates, Augusto César Pio de Almeida e Cláudio Alano Pereira, votaram sim e
185 os conselheiros Adriana Nunes Paltian, Cláudio Meirelles Lago, Liége Mentz, Maria Luiza Zanotta
186 Urbanetto, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes e Marisa Ney Santos de Pinho, votaram não,
187 totalizando-se quatorze votos favoráveis e seis contra, num total de vinte votos, tendo o conselheiro
188 Cláudio Lago declarado o voto contrário por representar uma visão unilateral e não condizer com a
189 veracidade dos fatos, e a conselheira Cleida Maria Cunha Feijó Gomes por não ter como comprovar
190 determinados elementos suscitados no texto, restando, assim, aprovado o encaminhamento de ofício
191 à CMPA e ao Prefeito. Passou-se à votação da proposta de manifestação do Conselho de
192 Administração no Seminário do PREVIMPA. O conselheiro Adeldo tomou a palavra e se
193 manifestou no sentido de que era inadequado o Conselho fazer esse tipo de manifestação no
194 seminário. A conselheira Liége perguntou como seria feito isso. A conselheira Maris argumentou
195 que seria uma denúncia, que poderia ser o próprio texto enviado à Câmara e ao Prefeito. O
196 presidente Omar se manifestou que provavelmente haverá algum membro do Conselho na mesa do
197 seminário, pois acredita que o Conselho será convidado a fazer parte da abertura do seminário,
198 quando então poderia ser lido o texto. Passou-se, então, à votação da proposta, de forma nominal,
199 conforme solicitação da conselheira Maris. Os conselheiros Carlos Adolfo Bernd, Marcos Antônio
200 Saraçol Pereira, Maris Regina Vieira Honaiser, Omar Azambuja Condotta, Sérgio Luiz Brum, Sueli
201 de Fátima Mousquer, Alberto Moura Terres e Cláudio Alano Pereira, votaram pela aprovação da
202 proposta e os conselheiros, Adeldo Rohr, Adriana Nunes Paltian, Alexandre Dias Abreu, César

203 Marques Sarmiento, Cláudio Meirelles Lago, Liége Mentz, Maria Luiza Zanotta Urbanetto, Cleida
 204 Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Marisa Ney Santos de Pinho e Augusto César Pio
 205 de Almeida, votaram pela rejeição da proposta, com uma abstenção do conselheiro Gilmar Cardozo
 206 dos Santos, totalizando-se vinte votos, tendo a proposta sido rejeitada. A seguir foi proposto que a
 207 moção de repúdio aos novos diretores do PREVIMPA, caso fosse aprovada, o texto correspondente
 208 seria trazido na próxima reunião. O conselheiro Alexandre Abreu argumentou que queria conhecer
 209 o teor do texto para poder votar. A conselheira Marisa colocou que os novos diretores são dois
 210 colegas e salientou que o Diretor Administrativo-Financeiro Manuel, tem uma história dentro da
 211 Prefeitura e não merece isso. Passou-se, então, à votação da moção, sendo que quatro votos foram
 212 favoráveis, quatorze contra e duas abstenções, restando rejeitada a proposta de moção de repúdio
 213 aos novos diretores. O conselheiro Sérgio Brum alegou não ser função desse Conselho fazer moção
 214 de repúdio, e que se há alguém a ser repudiado, seria o Diretor-Geral do PREVIMPA, Luiz
 215 Fernando Rigotti. Não tendo nada mais a tratar, o presidente Omar encerrou os trabalhos às 11h e
 216 02 min (onze horas e dois minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Adelto
 217 Rohr conselheiro/secretário de mesa e pelos demais presentes.
 218
 219
 220

221 Omar Azambuja Condotta – Presidente

Adelto Rohr – Secretário

222

223

224

225 Alexandre Dias Abreu

Carlos Adolfo Bernd

226

227

228

229 César Marques Sarmiento

Cláudio Meirelles Lago

230

231

232

233 Gilmar Cardozo dos Santos

Liége Mentz

234

235

236

237 Marcos Antônio Saraçol Pereira

Maria Luiza Zanotta Urbanetto

238

239

240

241 Maris Regina Vieira Honaiser

Sérgio Luiz Brum

242

243

244

245 Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

Adriana Nunes Paltian

246

247

248

249 Augusto César Pio de Almeida

Alexandre Miguel

250

251

252

253 Sueli de Fátima Mousquer

Alberto de Moura Terres

254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291

João Carlos Prates

Marisa Ney Santos de Pinho

Rosana de Oliveira Santos

Cláudio Alano Pereira